

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.124 - SP (2019/0245157-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **CESAR CONTESSOTTO NETO**
ADVOGADOS : **JULIA NASSRALLA HOMEM DE MELLO - SP300372**
: **MARCOS SOUZA DE BARROS FILHO - SP281508**
AGRAVADO : **AIG SEGUROS BRASIL S.A**
ADVOGADO : **VICTOR JOSE PETRAROLI NETO - SP031464**
ADVOGADA : **ANA RITA DOS REIS PETRAROLI - SP130291**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO SAÚDE INTERNACIONAL. ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL QUE DETERMINA O REEMBOLSO DO CONTRATANTE POR DESPESAS MÉDICAS HAVIDAS NO EXTERIOR. NECESSIDADE DE MELHOR EXAME DA MATÉRIA. AGRAVO PROVIDO PARA CONVERTÊ-LO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por César Contessotto Neto contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Trigesima Primeira Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento à apelação da ora agravada, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 333):

APELAÇÃO. SEGURO SAÚDE INTERNACIONAL. CLÁUSULA DE REEMBOLSO. DANO MORAL. Descabimento Atendimento no exterior. Opção por apólice de seguro viagem que reembolsaria o contratante por despesas médicas havidas no exterior, no Brasil. Ausência de obrigação de pagamento direto a prestador de serviços médicos no exterior. Dano moral não configurado. Ausência de atitude ilícita por parte da seguradora. O reembolso fora realizado em abril de 2013 e sequer há discussão a respeito dos valores. Indenização indevida. SUCUMBÊNCIA. Inversão do ônus. RECURSO PROVIDO.

Nas razões do apelo especial, o recorrente indicou violação aos arts. 51 e 54, § 4º, do CDC.

Entendeu que faria jus à indenização por danos morais, sob as seguintes assertivas: (i) a cláusula contratual que prevê o ressarcimento dos valores pagos, além de não

Superior Tribunal de Justiça

ser clara e destacada, seria também abusiva; (ii) a agravada teria se comportado contraditoriamente ao pagar diretamente os primeiros atendimentos médicos; (iii) o ressarcimento dos valores por ele pagos só teria sido realizado após notificação extrajudicial.

Requeru a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando o insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação do óbice apontado na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Considerando os fundamentos trazidos no recurso e atendidos os pressupostos de admissibilidade, dou provimento ao agravo para determinar, com fulcro no art. 34, XVI, do RISTJ, sua conversão em recurso especial para melhor análise da matéria, sem prejuízo de uma nova análise dos pressupostos recursais.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator